



## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL NA FESTA DO MASTRO NO MUNICÍPIO DE CAPELA/SE

Denio Santos Azevedo<sup>1</sup>  
Rosangela Vilela Sobral Lima<sup>2</sup>  
Manoel Felipe Santos Silva<sup>3</sup>

### Resumo

As festas possuem elementos econômicos, políticos, sociais e culturais com possibilidades de análise. No nordeste brasileiro os festejos juninos representam elementos simbólicos, propiciam (re)memorações, transformações e continuidades. Tais eventos geram sociabilidades, invenções e práticas educativas. É com base neste último elemento que pretende-se neste escrito propor ações educativas na Festa do Mastro do município de Capela, estado de Sergipe, com o intuito de despertar nos moradores do município uma nova maneira de pensar e agir sobre duas perspectivas: a questão ambiental, representada pelo Refúgio de Vida Silvestre na Área de Preservação Ambiental da Mata do Junco e a questão patrimonial cultural na manutenção da tradição desta prática cultural a partir da própria dinâmica da festa. Para tal foram feitas entrevistas com os atores sociais envolvidos neste evento, como também com turistas e moradores, sendo utilizada a história oral enquanto metodologia de análise com o intuito de interpretar as memórias até então silenciadas durante os setenta e três anos de realização do festejo. A observação direta e participativa da festa do Mastro no município de Capela/Se foi fundamental para elaboração desta pesquisa. Percebe-se que a educação ambiental e patrimonial no município de Capela é fundamental para a manutenção do principal símbolo cultural dos capelenses, a festa do Mastro e de um melhor entendimento sobre a importância da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

**Palavras-Chave:** Educação Patrimonial; Educação Ambiental; Festa do Mastro; Sergipe; Capela.

### INTRODUÇÃO

As celebrações cíclicas vinculadas aos eventos e marcos religiosos são características do calendário judaico-cristão adotado no Brasil. No nordeste brasileiro tais comemorações são representadas por novenas, festas de padroeiras, procissões, pelo ciclo natalino e os festejos juninos. Todas estas com funções múltiplas, simbolismos, representações comuns e especificidades locais que auxiliam na manutenção destes eventos. As mudanças ocorridas na sociedade, sejam elas na política, economia ou nas práticas religiosas alteram de forma significativa a vivência dos atores sociais que (re)memoram e (re)vivem as festas todos os anos.

Tais acontecimentos ocorrendo em um contexto de celebração que tem um fundo religioso em uma cidade nordestina, localizada no estado de Sergipe, a Festa do Mastro no município de Capela. A festividade é uma das práticas culturais de maior continuidade entre os sergipanos, já que existe há cerca de setenta e dois anos, e um dos exemplos do simbolismo característico dos festejos juninos. Todos os anos ocorre uma rememoração das práticas culturais, sempre no mesmo período, onde existe a busca de um mastro na Mata do Junco que deverá ser levantado em praça pública e preenchido com presentes que foram doados pelos moradores para que sejam disputados pelos interessados.

O contexto que se encontra inserido os atuais mantenedores da festa é completamente distinto daqueles que a iniciaram. O primeiro ponto a ser ressaltado é o da própria mentalidade sócio-ambiental que se quer nos dias atuais. A Mata do Junco, local onde é extraída a madeira, desde 2007 é uma Unidade de Conservação denominada Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, por ser uma das poucas reservas de Mata Atlântica no estado, o que pode comprometer a continuidade desta prática cultural.

Como consequência deste ato institucional percebe-se transformações nas atividades desenvolvidas pelos sujeitos históricos no decorrer da celebração junina, desde a escolha da árvore que seria derrubada, passando pela entrada dos participantes na mata, a recuperação ou reforço de elementos esquecidos ou que perderam importância até a retirada do mastro símbolo maior da festa.

Diante do exposto, pretende-se neste escrito propor ações educativas na Festa do Mastro do município de Capela, estado de Sergipe, com o intuito de despertar nos moradores do município uma nova maneira de pensar e agir sobre duas perspectivas: a questão ambiental, representada pelo Refúgio de Vida Silvestre na Área de Preservação Ambiental da Mata do Junco e a questão patrimonial cultural na manutenção da tradição desta prática cultural a partir da própria dinâmica da festa.

Para tal foram feitas entrevistas com os atores sociais envolvidos neste evento, como também com turistas e moradores, sendo utilizada a história oral enquanto metodologia de análise com o intuito de interpretar as memórias até então silenciadas durante os anos de realização do festejo. A observação direta e participativa da festa do Mastro no município de Capela/Se foi fundamental para elaboração desta pesquisa.



## PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO NATURAL

A palavra patrimônio, derivada do latim – *patrimonium* – significa “herança paterna, riqueza”. Segundo o dicionário eletrônico Aurélio<sup>1</sup> pode ser também todo

bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornar(em) protegido(s), como, p. ex., pelo tombamento<sup>2</sup>, deve(m) ser preservado(s) para o usufruto de todos os cidadãos.

O Patrimônio Cultural pode ser dividido em material, que abrange bens tangíveis sejam eles móveis ou imóveis, ou imaterial, relativo a bens intangíveis. O primeiro refere-se a todo tipo de construção ou

[...] conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN)<sup>2</sup>

Sempre a escolha de um bem que será tombado ou registrado segue uma seleção pautada em critérios definidos pelos agentes que estão a frente das instituições responsáveis pelas políticas de patrimonialização. No Brasil, o patrimônio cultural material privilegiou durante décadas o tombamento de bens tangíveis que ressaltavam e preservavam as construções vinculadas as instituições sociais dominantes como o estado e a igreja ou as famílias que se destacaram na política ou na economia, principalmente durante a colônia ou império. Com isto, vilas operárias, quilombos urbanos e variadas representações de grupos sociais menos favorecidos foram estrategicamente esquecidas.

Já o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial, segundo a definição da UNESCO<sup>3</sup> pode ser entendido como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas [...] que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem

<sup>1</sup> Disponível em Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0

<sup>2</sup> Disponível em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br), Acesso em: 30 dez 2011

<sup>3</sup> Disponível em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br), Acesso em: 01 dez 2011



como parte integrante de seu acervo cultural”. O registro dos saberes e fazeres, das festas e celebrações e dos lugares onde estas práticas culturais são realizadas leva em consideração elementos característicos e simbólicos que identificam os mais diferentes grupos sociais no mundo.

Percebe-se no Brasil, práticas culturais localizadas em comunidades específicas, com significados e importância característicos para os membros que conhecem se interessam, respeitam e dão continuidade a manutenção destas. Em muitos casos, práticas culturais regionais são transformadas em elementos de representação e identificação nacional, sendo que boa parte daquilo que é registrado sequer é conhecida pelos brasileiros.

o registro do patrimônio imaterial é uma tentativa desesperada de fazer com que a nação se reconheça como pertencente a esses locais, construindo uma história que pertence a todos e a ninguém. Buscando preservar essas memórias locais, essa política de patrimonialização pode estar possibilitando a continuidade histórica desses saberes, modos de viver e fazer, que enquanto memórias dos grupos se enraizavam nos espaços a que pertenciam e nas relações afetivas que a mantinham (COSTA E CASTRO, 2008, p. 128)

Reconhecer uma prática cultural, além de valorizar o passado de uma comunidade, é também uma forma de inserir estes sujeitos históricos em um contexto social com possibilidades de sensibilizá-los para importância das suas práticas. Tal (re)conhecimento gera valorização e respeito ao bem tanto por parte da comunidade quanto dos visitantes, já que o próprio processo de tombamento ou registro gera uma maior divulgação e aguça a curiosidade de interessados.

As festas, costumes, danças, folguedos, histórias orais, podem servir para atrair a atenção e o interesse de muitas pessoas para conhecerem um pouco mais o lugar e destes costumes, muitas vezes, inclusive, despertando nelas um desejo íntimo de vivenciarem a festa junto com a própria comunidade. (MARTINS, 2003, p. 64)

As festas apresentam um momento de sociabilidades, trocas culturais e na maioria das vezes mudanças no cotidiano social, econômico e político dos lugares. Tais comemorações transformam espaços dando-lhes um ritmo diferenciado, podem gerar encontros entre grupos sociais distintos e alimentam imaginários e expectativas





construídos.

[...] A festa é a expressão de uma expansividade coletiva, uma válvula de escape ao constrangimento da vida cotidiana. Da economia passa-se à prodigalidade; da discrição à exuberância. Surgem as manifestações de excesso, nos mais ricos por ostentação, nos mais pobres por compensação. (Birou *apud* Melo, 1966, p. 166)

As festas, que se incluem como formas de manifestações culturais, sofreram no Brasil influências dos colonizadores portugueses, espanhóis, holandeses, africanos, dos indígenas e dos próprios brasileiros dentro do processo de colonização, resultando assim em uma grande diversidade de manifestações culturais, tais como as danças, celebrações de sentido religioso ou não, lendas, cantigas de roda, parlendas, entre outros festejos, que auxiliaram na construção cultural do nosso país. Nesse sentido, entende-se que as festas podem ser consideradas um patrimônio cultural, já que a partir dela, como o próprio Pinsky (2009, p. 38) afirma, podemos “conservar algo que ficou na memória coletiva”.

Na região Nordeste do país concentra-se a maior diversidade de manifestações culturais, já que desde a época do descobrimento essa região possuía a maior concentração de africanos e indígenas, trazendo para diversos estados os mais variados ritmos e instrumentos geradores de inúmeras danças que apareciam nas festas. Além de uma forte influência do catolicismo responsável por procissões e celebrações aos mais diversos santos, a Jesus Cristo e a Nossa Senhora que preenche o calendário cultural brasileiro durante todo o ano. Não se pode esquecer das celebrações cívicas organizadas pelos representantes políticos que estavam a frente dos poderes executivo e legislativo. Além das mais variadas festas profanas e das populares com os mais variados sentidos e formas características de rememoração.

O foco de estudo deste artigo, a festa do Mastro de Capela/SE, pode ser considerada uma das manifestações que está inclusa no calendário de festas populares, com um pano de fundo religioso. No período junino, a festa concentra não só a população, mas também diversos turistas e habitantes de cidades vizinhas que vão à cidade compartilhar no dia de São Pedro a festa do Mastro. Pessoas que são convidadas a participar da retirada do maior símbolo da festa na Unidade de Conservação denominada Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, área de preservação ambiental, um exemplo de patrimônio natural da comunidade.

O patrimônio natural é um conceito extremamente amplo e complexo que engloba as formações físicas, biológicas e geológicas específicas e características, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e zonas que tenham valor científico, de conservação ou estético (Unesco, 2005).

Este conceito apresenta um significativo avanço em relação ao debate e as práticas humanas na sua relação direta com a natureza, já que a ideia de modernidade, desenvolvimento, ciência e tecnologia apresentada até o início do século XX apresentava os recursos naturais como insgotáveis. Com isso a construção de uma ideia de mundo vinculada ao progresso e a civilização estava diretamente atrelada a destruição da natureza, considerada um sinal de “atraso” do modelo de avanço que se tinha até então. Esse descaso com os bens naturais está diretamente relacionado a um conjunto de mudanças climáticas, a extinção de espécies animais, a péssima qualidade do ar em variadas cidades, gerando para esse próprio ser humano uma qualidade de vida não muito desejada. Portanto, as questões relativas ao patrimônio natural passam a significar a necessidade de sobrevivência de um conjunto de seres vivos e a possibilidade da continuidade de visitas, contemplações, pesquisas e manutenção do que resistiu a este processo ou do que foi (re)construído através de ações humanas.

A Unesco também definiu, no artigo 2º, que o patrimônio natural seria composto por bens igualmente dotados de um valor excepcional do ponto de vista estético e/ou científico. Estes bens englobavam os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos dessas formações; as formações geológicas e fisiográficas das zonas estritamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas; e os lugares ou as zonas naturais estritamente delimitados, dotados de beleza natural. (RIBEIRO, ZANIRATO, 2008, p. 288)

A partir do momento em que o conceito de meio ambiente inclui os seres humanos e a ideia de patrimônio cultural também contempla os sítios arqueológicos e os lugares, a relação homem-natureza passa a ser percebida como indissociável, ambos são dependentes de uma relação harmoniosa para um futuro melhor ou até mesmo possível. Percebe-se que nesta relação o grande responsável é o ser humano que precisa ser sensibilizado a partir de práticas de educação ambiental e patrimonial para entender os contextos em que estão inseridos e as suas funções sociais no mundo hodierno.



## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A fim de auxiliar na manutenção e preservação do patrimônio seja ele natural ou cultural surge como um instrumento de “alfabetização cultural” (HORTA apud SILVA, 2009. p. 5) a educação patrimonial. Esta pode ainda ser compreendida como um “mecanismo de socialização e manutenção da estrutura social...” (SANTOS; ALEXANDRE, 2011. p.4) de uma comunidade que possui bens culturais, materiais e imateriais, ou naturais frutos de uma herança cultural. Esse processo educativo se utiliza de suportes como museus, igrejas, bibliotecas, festas culturais, manifestações artísticas, sítios arqueológicos, lugares de celebrações coletivas ou de importância cultural/ambiental para sensibilizar a comunidade local e os visitantes sobre a sua importância.

Segundo Horta (1999) e Queiroz (2004), o processo de educação patrimonial é um grande auxílio para a manutenção do patrimônio cultural e natural de uma localidade, pois incentiva a valorização daquilo que a comunidade considera importante para si. Para a execução desse processo, é importante que a comunidade se faça participante e perceba a importância que o patrimônio exerce sobre tal localidade. Se isso não ocorre, conseqüentemente, há dificuldades em transformar um bem em um patrimônio.

A Educação patrimonial utiliza-se de três estratégias (Horta apud Moraes e Sales, 2009) para a sua execução, dentre as quais a utilização de planejamento, não podendo ser feito de forma aleatória; utilizar o patrimônio como foco orientador do projeto, possibilitando que o morador ou visitante passe a reconhecer este monumento ou manifestação como um patrimônio, onde o mesmo possa se reconhecer como um agente de manutenção, preservação e divulgação. Para isso é preciso que seja trabalhada a realidade da comunidade, aproximando a mesma dos patrimônios que ali existem; e desenvolver esse tipo de ação em todos os níveis, sociais e etários da comunidade em questão.

Sendo assim, utilizar da Educação Patrimonial como método de incentivar a população à (re)conhecer um patrimônio como seu, através de palestras, conversas e da própria vivência entre o cidadão e o seu bem, é afirmar a ideia que este patrimônio pode representar a sua comunidade, o seu passado histórico e sua memória coletiva, fazendo assim elevar, como afirma Moraes e Sales (2009) “não só o sentimento de identidade individual e de grupo como também o de cidadania. (p.6)”

Utilizando do mesmo propósito de incentivar a valorização de um bem, a educação ambiental trás a perspectiva de mostrar a importância do meio ambiente nos dias

atuais, mostrando a necessidade de sua preservação.

A educação ambiental como o próprio nome sugere, tem por finalidade promover a (re)educação a respeito do ambiente onde a comunidade se encontra, buscando analisar a relação: ação versus reação, para que se possa entender as transformações ocorridas no meio, a fim de adaptar as transformações ocorridas no ambiente, para que as mesmas gerem cada vez menos impactos para a sociedade que o transforma.

Para que tal prática possa ser viável devem ocorrer transformações no pensar de toda a sociedade para que a mesma passe a compreender e optar por mudanças dentro de um pensamento sustentável, onde as mudanças ocorram, mas sem que haja danos ao ambiente modificado. Assim como nos mostra Ab'Saber (1993) *abud* Pelicioni (2000), para que haja uma efetiva educação ambiental devem ocorrer mudanças no pensar social, para que haja uma integração de todas as personagens formadoras do espaço coletivo:

A educação ambiental surge, então, como um processo contínuo de construção da cidadania, buscando reformular comportamentos e recriar valores que gerem práticas individuais e coletivas no cotidiano. É também uma forma de intervenção nos aspectos sociais, econômicos, políticos, éticos, culturais e estéticos, e uma ideologia que conduz à melhoria da qualidade de vida. (AB'SABER, 1993; PELICIONI, 2000).

Melhorar a qualidade de vida de uma população é repensar nas ações que esta exerce sobre o meio. É utilizar de novos modos, comportamentos e ações acerca do ambiente, passando a (re)utilizar o mesmo sem agredi-lo, de forma sustentável e coletiva.

O processo de Educação Ambiental abrange não só a população de um município ou estado, mas também visitantes esporádicos e turistas. No âmbito escolar, essa política deve ser destinada a todos os níveis escolares e segundo o artigo 10 da Política Nacional de educação Ambiental, a Educação Ambiental deve ser desenvolvida “como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.” Isso só reafirma a ideia de que a mesma deve utilizar, assim como a educação Patrimonial de planejamentos, palestras que mostrem a importância do meio ambiente na nossa vida, além da vivência da população com o meio, afim de que a comunidade possa perceber e passar a valorizar e auxiliar na manutenção daquilo que é seu.

A educação ambiental tem como objetivo despertar na população o interesse para a necessidade de se preservar o meio ambiente e que tal preservação aconteça ela faz uso de algumas estratégias gerais que segundo a UNESCO apud Reigota (1991) são: a)



consciência; b) conhecimento; c) atividades; d) competência; e) participação, onde a consciência versa sobre a necessidade de sensibilizar a população para que ela possa gerir os recursos naturais de forma adequada e não predatória; o conhecimento vem indicar que através do repasse de informações (conhecimento) acerca do assunto, onde se pode gerar uma conscientização na comunidade para que o ambiente seja preservado; as atividades servem para que haja um maior contato da comunidade com o ambiente a fim de que através dessa ligação a comunidade possa perceber que também faz parte desse ambiente e possa sentir de perto a necessidade de conservação; a competência mostra que através do conhecimento adquirido, da consciência gerada e das atividades desenvolvidas, a comunidade torna-se apta para resolver pequenos problemas que possam surgir com o ambiente ao seu redor, não sendo necessária assim a ativação dos órgãos ambientais para que se possam resolver problemas de menor porte; e por último participação, uma vez que sem a participação da comunidade nada em termos de educação ambiental pode ser desenvolvida, pois, a comunidade é o foco da educação ambiental.

Contudo compreende-se que a educação ambiental deve estar atrelada a sua função de estimular a comunidade a preservar os bens naturais de maneira educativa onde assim cada cidadão possa assumir a responsabilidade de cuidar, proteger e utilizá-lo de maneira sustentável visando o seu uso sem que haja a degradação ou procurando minimizar os impactos causados ao bem ambiental.

## **A FESTA DO MASTRO E A EDUCAÇÃO**

Quando a festa do Mastro em Capela teve seu início, a árvore era retirada na Mata de Zé Itabaiana, localizada dentro do município. Com o fim da mata, os moradores, a fim de dar continuidade à festa, iniciam a retirada do mastro na Reserva de Vida Silvestre Mata do Junco.

Para que não ocorra o fim da reserva, há então um acordo entre a comissão organizadora da festa e o IBAMA, onde cada árvore que é retirada anualmente, seja substituída por mudas de árvores, visando minimizar os impactos causados pelos sujeitos históricos nas ações de manutenção desta prática cultural. (AZEVEDO, LIMA, SILVA. 2012). Hoje, a área se tornou uma Área de Proteção Ambiental (APA) e todos os anos quando uma árvore é retirada da reserva, cerca de 100 mudas de plantas são replantadas, diminuindo assim os impactos ambientais e incentivando a valorização deste patrimônio



ambiental.

No município em questão alguns projetos de educação ambiental já foram desenvolvidos, tais como o “Caravana da leitura” em que alunos deste projeto de extensão da UFS, tiveram como finalidade incentivar a leitura a partir da vivência dos alunos na Reserva de Vida Silvestre da Mata do Junco, localizada no município de Capela-SE, demonstrando a importância de cuidar do meio ambiente e das suas riquezas, conscientização do lixo da comunidade, além de exemplificar uma maneira de trabalhar a Educação Ambiental. Através da ação, realizada entre 2008 e 2009, e executada em escolas próximas do entorno da reserva, o projeto teve como recursos, leituras de gibis, produção de textos, dinâmicas e teatro com fantoches para contar histórias, a fim de “inserir a prática de leitura e escrita de maneira prazerosa e evolutiva.” (MELO E SOUZA, OLIVEIRA. 2010. pg.5)

De acordo com os responsáveis pelo projeto, este conseguiu atingir seu objetivo ao conscientizar a população, crianças e familiares, da importância de respeitar o meio ambiente, colocando o lixo no devido lugar, principalmente no período da Festa do Mastro.

Um segundo projeto, intitulado “Bioindicadores de qualidade de vida”, foi executado em março de 2010, visando também demonstrar a importância da Educação Ambiental nas escolas do município, dando ênfase à necessidade da preservação da água, através da Mata do Junco que está localizada na Bacia do Rio Japarutuba. O projeto tem como objetivo “despertar uma nova visão da relação da comunidade com o ambiente e estimular a população a conhecer e participar da efetiva conservação dos recursos naturais da APA da Mata do Junco.” (FRANÇA, 2010, pg.2).

Utilizando recursos como vídeos, exposição interativa, jogos, e uma visita ao córrego Lagartixo, localizado na reserva. Como resultado, o projeto conseguiu “reforçar conceitos fundamentais de preservação ambiental de recursos naturais” (FRANÇA, 2010; pg.2), através da prática desenvolvida dentro da reserva.

Percebe-se nas pesquisas feitas a necessidade de continuidade nas ações implementadas na área de educação patrimonial e ambiental no município de Capela e a carência de projetos que tenham como tema central a festa do Mastro enquanto patrimônio reconhecido pela comunidade. A princípio, vale destacar que o evento em questão não foi registrado e portanto não é oficialmente reconhecido como patrimônio cultural imaterial pelos órgãos responsáveis, tais quais Conselhos de Cultura, Iphan ou Unesco, o que justifica a urgência das atividades de educação patrimonial. Nas entrevistas realizadas e na

vivência da festa percebe-se a importância que a mesma possui para a comunidade que se identifica com o evento e o considera enquanto principal símbolo cultural do município.

A educação patrimonial e ambiental apresentariam aos capelenses a história da festa e da área de preservação ambiental e a sua importância para a manutenção da memória coletiva e das práticas culturais, sociais e ambientais. No âmbito escolar pode ser trabalhada enquanto tema transversal, com práticas multidisciplinares ou interdisciplinares, tendo a possibilidade de pesquisas de campo e exemplos práticos a partir da realidade dos moradores. Isto poderá gerar uma sensibilização necessária a partir do debate sobre sustentabilidade sócio-ambiental e cultural sendo multiplicada pelos atores sociais capacitados e promotores de novas sensibilizações com os familiares e demais interessados.

Conhecendo a riqueza cultural da festa do mastro e a diversidade ambiental da Mata do Junco os atores sociais passariam a divulgar melhor os seus atrativos e potencializar o desenvolvimento da atividade turística no município. O contato com o “estrangeiro” poderá reforçar as relações identitárias e aumentar a visitação que passaria a ser “monitorada” pelos próprios moradores do município que não permitiriam o mau uso dos espaços e a descaracterização da festa. O respeito ao patrimônio passa a ser construído cotidianamente e não fica restrito aos bens naturais, materiais ou imateriais aqui destacados, ele é ampliado e engloba outros símbolos identitários do município.

Tais ações geram a necessidade de interpretação patrimonial, elaboração de panfletos, cartilhas, o uso dos meios de comunicação, principalmente o rádio e as redes sociais como ferramentas de divulgação e sensibilização entre os envolvidos antes, durante e depois da realização da festa do Mastro. Outro elemento fundamental é a apresentação da própria dinamicidade da festa e da diversidade de usos e seres vivos da Mata do Junco em um momento de nova mentalidade ambiental.

Mas nada adianta se os moradores da comunidade não despertarem para a importância do patrimônio e participarem ativamente do processo. Estes precisam entender que são os principais interessados e responsáveis pela manutenção do patrimônio natural e cultural. Com isso, há uma prática efetiva de cidadania e melhoria nas relações de sociabilidade e convívio com a natureza. Estes atores sociais devem participar do projeto desde a sua elaboração e contribuir com todas as etapas de construção do conhecimento e das práticas. O meio ambiente seria o grande beneficiado neste processo que visa o respeito a diversidade cultural, a manutenção do patrimônio e a vida.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a necessidade de ações integradas entre as Secretarias de Meio Ambiente, Educação e Cultura do município associadas a instituições como o Ibama e o Iphan. A sociedade civil organizada através de associações de moradores, organizações não-governamentais, sindicatos poderiam desenvolver projetos de educação patrimonial organizados em conjunto com as comunidades e profissionais capacitados e qualificados. As instituições de ensino poderiam elaborar recursos didáticos e ferramentas necessárias para a prática de educação ambiental e patrimonial, proporcionar com certa frequência visitas a Mata do Junco e elaborar ações de sensibilização durante a festa do Mastro no município de Capela.

Outra grande questão é o diálogo entre todas estas instituições que poderia ser realizada a princípio em eventos como simpósios, seminários e conferências abertas a comunidade. Segundo Erlito Santos, Secretário de Cultura do município, não há projetos feitos pelas escolas em parceria com a prefeitura, porém o mesmo não soube informar se as escolas executam projetos individuais, porém se ocorrer pesquisas e trabalhos sobre a festa a prefeitura poderia apenas dar suporte com materiais localizados em um acervo de livros e materiais didáticos no interior da própria Secretaria.

Em suma, a educação ambiental e patrimonial no município de Capela é fundamental para a manutenção do principal símbolo cultural dos capelenses, a festa do Mastro e de um melhor entendimento sobre a importância da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco. Acredita-se que este debate deve ser ampliado e as práticas iniciadas com certa urgência para que não seja possível presenciar usos inadequados dos bens naturais e culturais.

## REFERÊNCIAS

CAPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. **Inter-Relações entre Festas Populares, Políticas Públicas, Patrimônio Imaterial e Turismo**. Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo, v.7, n. 10, abr.-mai.-jun./2010, p. 99-113.

COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias. **Estudos de Psicologia**, 2008. p. 125-131. Disponível em: <[www.scielo.br/epsic](http://www.scielo.br/epsic)>. Acesso em: 18/03/2011.

FRANÇA, Juliana; ANDRADE, Cristiane; FONTENELE, Ana Consuelo ; SANTOS, Rosa



Cecília; RIBEIRO, Adauto; CALLISTO, Marcos. **Atividades de educação ambiental com comunidades do entorno do RVS Mata do Junco. Capela, SE.** III Encontro de Recursos Hídricos em Sergipe. Aracaju/SE, 24 a 26 de março de 2010.

IPHAN: **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** Disponível em: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acessado em 01 e 30 de dezembro de 2011

MARTINS, José Clerton de Oliveira (Org.). **Turismo, cultura e identidade.** São Paulo, SP: Roca, 2003.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, março de 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2012

LIMA, Rosangela Vilela Sobral; SILVA, Manoel Felipe Santos; AZEVEDO, Denio Santos. **Memória, Tradição e Festejos Juninos: A Festa do Mastro em Capela/SE.** III CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA. III ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-SE. Aracaju/SE, 06 a 10 de agosto de 2012.

MELO, José Marques. **As Festas Populares como Processos Comunicacionais: roteiro para o seu inventário, no Brasil, no limiar do século XXI.** PCLA - Volume 3 - número 3: abril / maio / junho 2002.

MELO E SOUZA, Rosimeire; OLIVEIRA, Mayra Cristina Lima. **Saberes de Comunidades em Interação com a escola: Caminho de realização da educação Ambiental.** IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Laranjeiras-SE, 22 a 24 de Setembro de 2010.

MORAES E SILVA, Livia; SALES, Fabiana de Lima. **O processo de educação patrimonial como instrumento de auxílio na gestão dos bens patrimoniais.** In: 1º Congreso Iberoamericano y VIII Jornada "Técnicas de Restauración y Conservación del Patrimonio". La Plata, Argentina. 2009 Disponível em <[www.nacaocultural.com.br](http://www.nacaocultural.com.br)> Acesso em: 26 de agosto de 2012

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2005.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Revista Projeto História, n. 10, 1993.

PINSKY, Jaime e FUNARI, Pedro Paulo . **Turismo e Patrimônio Cultural.** 4ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. (Coleção Turismo Contexto)

Presidência da República. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999.** Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)> Acesso em: 15 de agosto de 2012.

REIGOTA, Marcos. **Fundamentos teóricos para a realização da Educação ambiental popular.** Em Aberto, Brasília, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991.

RIBEIRO, Marcelo; SANTOS, Eurico de Oliveira. **Turismo Cultural como forma de Educação Patrimonial para as comunidades locais**. Revista Itinerarium v.1, 2008. Disponível em: [www.seer.unirio.br](http://www.seer.unirio.br)>. Acesso em: 07 de agosto de 2012

RIBEIRO, Wagner Costa; ZANIRATO, Silvia Helena. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil. **Rev. hist.**, São Paulo, n. 158, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83092008000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092008000100010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 01 set. 2012.

SANTOS, Jizélia Marques. **Festa do Mastro de Capela- 1983**. Monografia (Licenciatura em Historia) - Polo Regional de Própria. DHI. CECH. UFS. 2002.

SANTOS, Denilsa de Oliveira. **Os donos da festa (1939-1982)** Monografia (Licenciatura em Historia) - Polo Regional de Própria. DHI. CECH. UFS. 2002.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; ALEXANDRE, Lillian Maria de Mesquita. **Educação Patrimonial e Turismo Cultural em São Cristóvão: ações de cidadania para a comunidade local e visitantes**. Anais do V Colóquio “Internacional Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão, 2011.

Transparência Capela. Disponível em:  
<<http://transparenciacapela.blogspot.com/2011/05/oia-sarandaia-oia-sarandaia-acorda.html>> Acesso em: 03 fevereiro 2012.

TOLEDO, Renata Ferraz de.; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **A Educação Ambiental nos Parques Estaduais Paulistas**. In: Revista Brasileira de Ciências Ambientais. nº 3, 2006. Disponível em:  
<[http://www.rbciamb.com.br/images/online/03\\_artigo\\_4\\_artigos110.pdf](http://www.rbciamb.com.br/images/online/03_artigo_4_artigos110.pdf)>. Acesso em: 21 de agosto de 2012.

UNESCO. **Carpeta de información sobre el patrimonio mundial**. Paris, 2005.

<sup>1</sup> ?Professor da Universidade Federal de Sergipe; Doutorando em Sociologia (NPPCS/UFS); Coordenador do Grupo de Pesquisa Imaginários do Brasil: Turismo, História e Comunicação Social; e-mail: denio\_azevedo@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Sergipe; membro do Grupo de Pesquisa Imaginários do Brasil: Turismo, História e Comunicação Social (NTU/UFS); e-mail: rovillela8@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Geografia da Universidade Federal de Sergipe; membro do Grupo de Pesquisa Imaginários do Brasil: turismo, História e Comunicação Social (NTU/UFS); e-mail: rovillela8@hotmail.com